

A CRÍTICA DE GEORGES POLITZER À HIPÓTESE FREUDIANA DO INCONSCIENTE DESDE A PERSPECTIVA DE SEGUNDA PESSOA

GEORGES POLITZER'S CRITIQUE OF THE FREUDIAN UNCONSCIOUS HYPOTHESIS FROM THE SECOND PERSON PERSPECTIVE

Felipe Eleutério Pereira¹

Resumo: Analisamos a crítica de Georges Politzer (1998) à hipótese freudiana do inconsciente (Freud, 1996, 2018), com base na abordagem que adotamos, a Perspectiva de Segunda Pessoa (PSP), desenvolvida mais recentemente por Diana Pérez e Antoni Gomila (2018, 2021). Em específico, buscamos entender melhor o reconhecimento de estados psicológicos por meio do relato pessoal, superando a dicotomia epistemológica entre primeira e terceira pessoa, na qual se concentra Politzer. Nossa contribuição para os estudos em Filosofia da Psicologia consiste em delimitar e extrair consequências específicas do âmbito próprio de casos de segunda pessoa, como na prática clínica aqui focalizada, a fim de robustecer abordagens cuja tentativa de compreensão dos fenômenos psicológicos, até então, parecia limitada a esse respeito. Concluimos, a partir da PSP, que a consideração sobre a relevância e a complexidade das interações sociais diretas dá robustez ao interesse de Politzer na consolidação de uma Psicologia Concreta, segundo ele, isto é, focalizando a singularidade da vida psicológica dos indivíduos, sem remissão a um “eu” interior inobservável, a ser, por sua vez, desvelado pelo psicólogo, de forma distanciada e objetiva, durante a prática clínica, mesmo que por gestos e lapsos de linguagem pessoais do paciente.

Palavras-chave: Epistemologia. Perspectiva de segunda pessoa. Atribuição psicológica. Filosofia da Psicologia. Georges Politzer.

Abstract: We analyze Georges Politzer's (1998) critique of the Freudian hypothesis of the unconscious (Freud, 1996, 2018), based on the approach we adopt, the Second Person Perspective (PSP), developed more recently by Diana Pérez and Antoni Gomila (2018, 2021). Specifically, we seek to better understand the recognition of psychological states through personal account, looking to overcome the epistemological dichotomy between first and third person, on which

¹ Mestre em Filosofia pela UNESP, na linha de Filosofia da Informação, da Cognição e da Consciência, professor de Filosofia na SED/MS. Artigo elaborado durante estágio no exterior (<https://seu.uib.cat/fou/acord/14769/>), sob financiamento da FAPESP (procs. n. 21/03548-3 e 22/09403-0). Contato: felipe.510766@edutec.sed.ms.gov.br.

Politzer focuses. Our contribution to studies in Philosophy of Psychology consists in delimiting and extracting specific consequences from the proper scope of so-called second-person cases, such as that of clinical practice, focused here, in order to robusten approaches whose attempt to understand psychological phenomena seemed hitherto limited in this regard. We conclude, from the PSP, that the consideration of the relevance and complexity of direct social interactions gives strength to Politzer's interest in consolidating, according to him, a Concrete Psychology, that is, focusing on the singularity of the psychological life of individuals, without referring to an unobservable inner "I", to be, in turn, unveiled by the psychologist, in a distanced and objective way, during clinical practice, even through personal gestures and lapses of language of the patient.

Keywords: Epistemology. Second-person perspective. Psychological attribution. Philosophy of Psychology. Georges Politzer.

Introdução

Temos por objetivo analisar a crítica de Georges Politzer (1998) à hipótese freudiana do inconsciente (Freud, 1996, 2018). Fazemos tal análise adotando a Perspectiva de Segunda Pessoa (PSP), como proposta por Diana Pérez e Antoni Gomila (2018, 2021), pelo sentido não-cartesiano, corporificado e relacional, que compreende a dinâmica de atribuição mental. Em específico, queremos entender melhor o reconhecimento direto de estados cognitivos (sentimentos, desejos, intenções, crenças) a partir do modo como a pessoa se coloca no mundo, buscando ir além da dicotomia epistemológica entre a *primeira pessoa* e a *terceira pessoa*. Essa dicotomia é tomada por Politzer como exaustiva em sua crítica à hipótese freudiana do inconsciente; não a consideramos completa para apontar os riscos de uma teoria psicológica meramente especulativa.

Nesse sentido, damos continuidade ao interesse de Politzer na consolidação de uma Psicologia *Concreta*, isto é, assumimos a ideia de singularidade da vida psicológica dos indivíduos sem remissão a um "eu" interior inobservável, a ser, por sua vez, supostamente *desvelado* pelo psicólogo, durante a prática clínica, por meio de gestos e lapsos de linguagem. Conforme a PSP, não entendemos esses aspectos expressivos das pessoas (incluindo também a orientação corporal, proximidade, lacrimejamento, vestuário etc.) como "sintomas [de estados internos] a serem interpretados [desde fora]" (Gomila, 2002, p. 132, tradução nossa). Ao invés, exploramos a compreensão sobre a dinâmica de atribuição implícita de estados mentais, feita a partir de relatos em primeira pessoa, porém *modulada por aspectos de segunda pessoa*, sem a necessidade de pressupor alguma instância inconsciente.

Pérez e Gomila (2018) caracterizam as relações de segunda pessoa como interações cara

a cara, no aqui-agora, co-criativas, afetivamente carregadas, contexto-dependentes e constituídas por um tipo especial de atribuição mental. Essas atribuições de segunda pessoa, conforme Pérez e Gomila (2021), são: (a) *práticas*, do tipo “*know-how*” — em vez de declarativas, do tipo “*know-that*” (Ryle, 1949) —; (b) *transparentes* (não importa se paciente e terapeuta conceituam de forma diferente um desejo comunicado, como “expressão manifesta de pulsões inconscientes” ou “inveja fálica do pai”), se juntos são capazes de atenuar o desconforto de uma lembrança na interação, *senão por conta dela*; (c) *reciprocamente contingentes*, pois os agentes que fazem a atribuição são epistemicamente abertos uns aos outros, vez que a compreensão mútua se sujeita ao aqui e agora do jogo interativo; e (d) *implícitas*, já que o agente não está ciente de que ele está fazendo qualquer atribuição mental. Exemplos de casos de segunda pessoa, nesse sentido, segundo Pérez e Gomila (2021, p. 38), são certos tipos de dança, improvisos musicais, prática de esportes coletivos, lutas, quando seguramos a porta para que alguém possa passar, oferecemos um olhar reconfortante para alguém que acaba de derrubar um copo de água (Lewis, 2019; Pérez; Gomila, 2021).

Em relações sociais permeadas por essas atribuições em segunda pessoa, nenhuma das partes envolvidas considera-se *observadora privilegiada* dos estados psicológicos uma da outra, porque o reconhecimento desses estados se expressa espontaneamente na própria conduta-resposta que, por sua vez, retroage sobre a conduta daquele, sem que ambos reflitam sobre o melhor curso individual de ações (Gomila, 2001). Fala-se, assim, em desajuste, em vez de pressupor-se que a pessoa está conscientemente reprimindo o que “internamente” deseja, como entenderia Freud (1996).

O teórico James Barnes (2023), ao contrapor-se especialmente à abordagem freudiana, segue a linha do que defendemos e propõe um modelo terapêutico denominado “relacional-intersubjetivo”. Segundo esse modelo, para o autor, não se trataria mais de se focalizarem “[...] experiências que ocorrem em mundos internos putativos, em distorções cognitivas, nem em desequilíbrios ou disfunções no cérebro” (Barnes, 2023, tradução nossa). Assim, para Barnes (2023, tradução nossa), “os problemas psicológicos e emocionais não estão ‘aqui dentro’”. Por sua vez, o autor entende que, para Freud:

[...] o analista era essencialmente uma ‘tela em branco’ na qual uma pessoa projeta o conteúdo de sua mente; a própria subjetividade/inconsciente do analista era considerada irrelevante para o paciente, e a ser tratada fora da terapia (Barnes, 2023, tradução nossa).

No âmbito da PSP, acreditamos que podemos dar robustez teórica a esse tipo de modelo relacional-intersubjetivo, como sugerido por Barnes (2023). Pérez e Gomila (2018, p. 81, tradução nossa) insistem em que encontros interpessoais corpo a corpo tem a marca da reciprocidade, em que “cada participante atribui um estado psicológico ao outro [diretamente] e nesse mesmo

ato há uma modificação do próprio conteúdo mental”. Dessa forma, é inevitável, para que a psicoterapia seja efetiva, que o psicoterapeuta não consiga ser um intérprete distanciado, uma vez que a mente de seu interlocutor não é completamente inacessível, mas sim apresenta aspectos de segunda pessoa (atualizados por sua presença não totalmente passiva na interlocução).

Ademais, a proximidade afetiva entre os envolvidos contribui para essa reciprocidade. Pérez (2013) salienta que é por meio de nossa vida afetiva que somos inseridos na comunidade cognitivo-social de *pessoas*, no plano ontogenético de nosso desenvolvimento individual, e continuamos, quando adultos, dando sentido, com os demais, ao que pensamos, queremos, pretendemos etc. (Scotto, 2002; Liñan; Pérez-Jiménez, 2017).

Nossa contribuição, dessa forma, consiste em defender que o significado de um desejo, por exemplo, que aparece na conduta da pessoa na clínica depende da confirmação do psicoterapeuta, ao reconhecê-la a partir de como o paciente age de forma retroativamente significativa (Gomila, 2002, p. 132). A nosso entender, para que a psicoterapia traga resultados, deve reconhecer o “*continuum* interpessoal” em segunda pessoa entre os envolvidos, uma situação em que o significado da conduta de um seja o mesmo para si que para o outro com quem interage (Gomila, 2002, p. 132; Eleutério; Broens, 2022).

A crítica à hipótese do inconsciente, feita por Georges Politzer em sua obra *Crítica dos fundamentos da psicologia*, interessa-nos porque está voltada não aos alcances da psicanálise em si, mas à forma como explicaria os eventos e o arcabouço de base. Esse arcabouço ainda permeia o vocabulário comum e é um risco. Como ressalta Mito (2022, p. 2), o trabalho de Politzer é “[...] uma crítica epistemológica sob um viés ontológico”. Se tomarmos o caso do sonho em si, cuja interpretação também é considerada por Freud (1996) um meio de acesso ao simbolismo do inconsciente², ele seria, por outro lado, para Politzer (1998, p. 154), “fato psicológico” cuja abordagem *não forneceria* a prova real da existência de um inconsciente, melhor, a realidade meramente hipotética deste é irrelevante do ponto de vista concreto e pragmático. Como Meyer (2011) acrescenta, é por isso que as acusações de Freud têm sido tão improdutivas, como discutimos em mais detalhes abaixo, quando ele decidiu que as pacientes tinham sido abusadas sexualmente na infância e que, se negassem isso, fá-lo-iam como um sinal claro do mecanismo de “repressão”, gerado, segundo ele, pelo suposto abuso.

Dessa forma, apesar de a psicanálise freudiana oscilar entre os domínios da terceira pessoa e da primeira pessoa, entre os “[...] pólos da objetividade e subjetividade” (Politzer, 1998, p. 43), o que, para este autor, seria um avanço, Freud não focalizou devidamente o “aspecto dramático” do relato pessoal. Politzer afirma que tal episódio é o que traz efetiva concretude ao trabalho psicoterapêutico, e não meramente conceitos e hipóteses criados antecipadamente

² É importante dizer que Freud tem uma obra extensa e varia ao longo de sua vida entre procedimentos psicanalíticos que considera relevantes: (1) hipnose; (2) associações livres; (3) interpretação dos sonhos; (4) a ideia de transferência (Freud, “Cinco lições sobre psicanálise”). Escolhemos aqui, a versão na qual Freud focalizava a interpretação dos sonhos, como fonte de dados inconscientes por excelência (Freud, 2018).

à clínica e forçados pelo psicólogo-cientista, na condição pressuposta de ser apenas um observador. Na análise desse drama, entendemos que o psicólogo-cientista precisa também levar em conta os elementos de segunda pessoa presentes nele, até então não considerados por Politzer, daí porque avançarmos em sua crítica.

Nas seções seguintes, em um primeiro momento, retomamos a crítica de Politzer a Freud, ressaltando as ideias centrais de cada autor e, em seguida, argumentamos que os aspectos relacionais de relações de segunda pessoa parecem ter sido ignorados por Freud em sua argumentação para postular a existência de uma instância inconsciente³. Ao mesmo tempo, entendemos que Politzer também estaria abandonando a concretude da pessoa por pressupor que o âmbito do significado se restringiria ao relato individualizado pelo psicólogo, ou seja, restringindo-se aos domínios da primeira e da terceira pessoa.

Politzer chega a caracterizar os meios de acesso à vida psicológica ou de atribuição mental, incluindo o que ele chama de “visão” além do “relato”; entretanto, não considera esse sentido próprio da segunda pessoa *a relacionalidade do significado*, como mencionamos acima (Pérez; Gomila, 2021). Politzer (1998, p. 87) afirma apenas que: “Ora, é óbvio que a vida psicológica de outro indivíduo só é dada sob forma de ‘relato’ ou de ‘visão’. Relato, quando se trata de expressão por meio da linguagem (em todos os sentidos do termo); ‘visão’, quando se trata de gestos ou, em geral, de ação”. Mas a visão nem sempre pode ser totalmente individualizada: uma vez que é relacional, ela adquire significado na segunda pessoa.

Em um segundo momento, buscamos caracterizar o que agrega a compreensão sobre relações de segunda pessoa para o entendimento da prática clínica de atribuição psicológica. Para isso, partimos do fato de que, enquanto, para Freud, o sonho, especificamente, tem uma lógica própria, constitutiva de sentido, para Politzer, importa mais (e prudentemente) a ocasião dramática do discurso em primeira pessoa daquele que relata um sonho ou seus próprios desejos (ocasião com sentido próprio), sem pressupor a suposta atuação de mecanismos cognitivos inacessíveis e inconscientes.

Intersecções entre Freud e Politzer: ideias fundamentais

Sigmund Freud, médico vienense, estava, em seu momento, preocupado com o fato psicológico a partir de aspectos *de primeira pessoa* — que é o que a Psicologia teria de propriamente seu, em contraste às ciências naturais já consolidadas, por sua vez, dirigidas por propriedades *de terceira pessoa* ou impessoais⁴. Com isso, Freud elabora a psicanálise a partir da hipótese de *um inconsciente individual* e interno, atribuído a seus pacientes em função de

³ A nosso entender, parece haver certa descontinuidade entre o Freud teórico (teoria em terceira pessoa) e o Freud terapeuta, ou seja, médico em uma relação de segunda pessoa com seus pacientes. Acontece que uma teoria é sempre um conjunto de enunciados em terceira pessoa, desde o que deriva a dicotomização problemática que analisamos aqui, em relação a qual Politzer também não avançou e não pôde superar.

⁴ Ao mesmo tempo, ele se opunha à psicologia introspeccionista de Wilhelm Wundt, denominada, por sua vez, “psicologia abstrata” e “psicologia clássica” por Politzer (1998).

parecerem instanciar estados mentais dos quais eles não seriam tão conscientes, mas que seguiriam operantes de alguma forma ao longo da análise, cabendo, assim, ao psicanalista o papel de mediador fundamental (Freud, 1996). Freud admite, então, que a identificação de patologias psíquicas (neuroses) dependeria de alteridade, o que o permitiria manter o mito da vida interior e de um inconsciente justificável. Politzer (1998, p. 143), a esse respeito, resume bem:

[...] a introdução do inconsciente na teoria do sonho resulta do fato de que, ao lado do relato efetivo, pensa-se haver obrigação de realizar-se um outro relato que não é efetivo, mas que se postula em nome da constatação de que o pensamento verdadeiro do sonho exige um relato diferente do relato manifesto.

Ao tomar como referência suas sessões clínicas, seu interesse particular pela experiência onírica e sua convicção da existência de um inconsciente em cada ser humano, Freud (2018) distingue entre *conteúdo manifesto* nos sonhos da pessoa analisada e *conteúdo latente*, que iria se desvelando pela análise psicanalítica. “Freud,” sustenta Politzer (1998, p. 122), “[...] chama à narrativa convencional conteúdo manifesto, e à tradução dessa narrativa em termos de experiência individual conteúdo latente”.

Freud (2018) vai ainda mais longe, afirma que a experiência onírica seria, em si, a execução disfarçada de apetites reprimidos. O paciente que sonha *manifesta*, segundo Freud, conteúdos aparentemente desconexos, para que, e por conta de uma operação interna e natural, não chegue à sua consciência desejos mais profundos, censuráveis por ele mesmo ou pela sociedade (Politzer, 1998, p. 76). O *conteúdo latente*, segundo Freud, por fim, seria resultante da indispensável interpretação do analista em busca do “verdadeiro” significado do sonho relatado apenas parcialmente (Freud, 2018).

Ainda que Freud focalize em aspectos de primeira pessoa, cabe ressaltar que, para elucidar esse inconsciente ou essa instância de representações reprimidas internamente (i.e. lembranças, desejos), ele se utiliza de metáforas *físicas* (algo que não parece apropriado, como defenderá Politzer depois), além de seu esquema também seguir certa orientação biológica (Politzer, 1998, p. 122). Nesse sentido, o inconsciente é denominado por Freud (2018), em várias passagens, “*campo pulsional*”, “*reservatório*” e “*fonte de energia psíquica*”, cuja principal função seria “reduzir a *tensão*” por “*escoamento*” ou algum tipo de satisfação pessoal no ato de contar/rir de piadas e/ou através dos próprios sonhos. É crucial destacar que a energia psíquica, segundo a visão de Freud, possui a capacidade de ser canalizada pelos sintomas, como exemplificado no distúrbio psicológico caracterizado por sintomas físicos sem uma causa orgânica identificável, denominado histeria.

De acordo com Freud, os desejos e lembranças reprimidos, mais primitivos e atuantes na vida adulta, seriam aqueles da primeira infância (Freud, 2018), e o que tornaria difícil esse “escoamento” dos desejos reprimidos seria a atividade própria da consciência em fornecer “re-

sistência”⁵ à manifestação deles. As lembranças, para Freud, nesse viés, seriam encadeadas sucessivamente, umas mais relegadas ao inconsciente do que outras. *Resistência*, sendo assim, seria “[...] tudo o que, nos atos e palavras do analisado, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 458). Nas palavras de Freud e Breuer (2010, p. 370):

O conteúdo de cada camada caracteriza-se por um grau igual de resistência, e esse grau aumenta na proporção em que as camadas se acham mais perto do núcleo. Assim, há zonas dentro das quais existe um grau idêntico de modificação da consciência, e os diferentes temas estendem-se através dessas zonas. As camadas mais periféricas contêm as lembranças (ou arquivos), as quais, pertencendo a temas diferentes, são recordados com facilidade e sempre estiveram claramente conscientes. Quanto mais nos aprofundamos, mais difícil se torna o reconhecimento das lembranças emergentes, até que, perto do núcleo, esbarramos em lembranças que o paciente renega até mesmo ao reproduzi-las.

Em outra passagem importante, Freud e Breuer (2010, p. 310) também dizem que “[...] a intensidade da resistência corresponde à proporção entre a nitidez das novas representações e a das despertadas na memória. Mesmo nos intelectos normais essa proporção é muito variada”. Tendo isso em vista, Politzer, filósofo marxista francês, ao investigar o que tornaria a psicologia em geral científica, volta-se, então, para a psicanálise freudiana, como “a mais importante” tendência da época (Politzer, 1998, p. 46). Mais especificamente, Politzer dirige-se justamente a essa hipótese freudiana do inconsciente, em seu suposto funcionamento, e a como Freud acaba tratando a psique humana em geral aos moldes conceituais das ciências naturais e da psicologia que ele denomina abstrata. Segundo Politzer (1998), “Freud é tão espantosamente abstrato em suas teorias [metapsicológicas] como é concreto em suas descobertas [clínicas]”. Politzer assume, de sua parte, que um psicólogo em geral deveria voltar-se para a *concretude* da vida psíquica, para a pessoa analisada enquanto um “eu” individual a ser *interpretado* senão por seu *relato* — o qual não deveria ser escrutinado ou impessoalizado pelo psicólogo. A psicologia, para Politzer, basear-se-ia em algum tipo de hermenêutica, não requerendo do psicólogo que assumisse haver algo “por detrás” do que fosse mostrado pela conduta (verbal) do analisado, muito menos fazer “mera observação pura e simples” (Politzer, 1998, p. 68).

Isso contraria Freud em certo sentido. Por um lado, Freud sugere que o trabalho do terapeuta é buscar garantir a integridade e a individualidade do fato psicológico (o sonho é uma experiência muito particular); esta, cabe mencionar, seria a contribuição freudiana para a área da psicologia, segundo Politzer, por contrapor ao que era feito por outros estudiosos na época — especialmente em *A interpretação dos sonhos*, diz Politzer (1998, p. 78), “a tendência freudiana seria uma orientação para o concreto”. Por outro lado, Freud contrapõe-se, por assim dizer, a essa tentativa de focalização na concretude da vida individual ao falar em inconsciente,

⁵ Vale ressaltar que a noção de resistência deriva da física da eletricidade, como postulado, no começo do século XIX, por George Simon Ohm (1789–1854).

segundo defende Politzer. Politzer sustenta que, para Freud, quando uma pessoa tem mais dificuldade ou hesita falar sobre algo vivido por ela, sua psique estaria oferecendo resistência àquilo que lhe fosse mais distante escondido de si mesma, ou mais inconsciente.

A nosso ver, essa explicação a respeito da operação de resistência se deve a meras convicções pessoais freudianas. É ele quem decidiu, acreditamos que arbitrariamente, que a evidência de que haveria estados inconscientes (um posicionamento ontológico) seria estabelecido pelo quanto é possível extraí-lo do relato do analisado (um posicionamento epistemológico), uma vez que Freud não parece fornecer nenhuma justificativa plausível para que esse seja o caso. Seu posicionamento ontológico está baseado em seu próprio posicionamento epistemológico e vice-versa. Em outros termos, pensamos que sua evidência de que o acesso aos estados inconscientes é mais difícil se baseia no pressuposto de que haveria algo por trás da conduta da pessoa analisada. Como argumenta Politzer (1998, p. 150), de forma semelhante, é porque se supõe que o relato de alguém é incompleto que deveria haver nele um inconsciente, e o fato de que deve haver nele um inconsciente é o que faria da análise psicanalítica algo relevante. Retomemos o que Freud (2018, p. 472-474, grifo nosso) diz, referindo-se ao caso do relato do sonho e do suposto determinismo mental inerente:

O único erro cometido pelos autores precedentes foi supor que a modificação sofrida pelo sonho no processo de ser lembrado e posto em palavras é arbitrária e não admite maior análise, sendo, portanto, passível de nos fornecer uma imagem enganosa do sonho. Eles subestimaram a extensão do determinismo nos eventos psíquicos. Não há neles nada de arbitrário [...] Ao analisar os sonhos de meus pacientes, às vezes submeto essa asserção ao seguinte teste, que nunca me falhou: quando o primeiro relato que me é feito de um sonho por um paciente é muito difícil de compreender, peço-lhe que o repita. Ao fazer isso, ele raramente emprega as mesmas palavras. Entretanto, as partes do sonho que ele descreve em termos diferentes são-me reveladas, por esse fato, como o ponto fraco do disfarce do sonho [...] assim, sob a pressão da resistência, ele encobre às pressas os pontos fracos do disfarce do sonho, substituindo quaisquer expressões que ameacem trair seu sentido por outras menos reveladoras. Desse modo, atraio minha atenção para a expressão que abandonou [...] A psicanálise é justificadamente desconfiada. *Uma de suas regras é que tudo o que interrompe o progresso do trabalho analítico é uma resistência.*

Com base nessa passagem, podemos questioná-lo: de onde Freud extrai essa convicção de que o segundo relato da pessoa que se sobrepõe ao primeiro é o mais relevante e não o contrário? E se a pessoa ocultar, no segundo relato, elementos porque justamente são, sim, irrelevantes do ponto de vista pragmático, sob a presença incontornável do psicólogo? Esse procedimento de supostamente separar os conteúdos que seriam mais próximos do inconsciente da pessoa (latentes) de outros mais acessíveis (manifestos) pressupõe justamente o contrário do que Politzer e teses contemporâneas em Filosofia da Mente sugerem, segundo pensamos: a recusa de se aceitar a autonomia da própria pessoa a respeito de seus estados mentais.

No contexto da tese de segunda pessoa, Pérez e Gomila (2021) argumentam, nesse sentido, que a autonomia sobre os próprios estados mentais não pressupõe a consciência absoluta de todos eles — assim como o significado deles, independentemente de como possam ser interpretados —, tampouco pré-existe em algum lugar escondido (que Freud denomina inconsciente). E o mais importante: o significado atribuído ao estado mental de alguém é também relacional, pode aparecer em dado contexto social e não necessariamente no âmbito do discurso, o que sempre pressupõe pelo menos um interlocutor (Davidson, 1992).

A esse respeito, em *O livro negro da psicanálise* (Meyer, 2011), o autor faz uma crítica semelhante, discutindo a suposta fundamentação teórica da psicanálise em um conjunto de pressupostos, segundo eles, estruturados por meras convicções pessoais. Ele questiona o caráter científico da psicanálise nesse sentido, como o fato de Freud ter cometido, inúmeras vezes, a falácia da generalização apressada, munido apenas de uma teoria carregada de hipóteses dedutivas, baseando-se em poucos casos clínicos para extrair noções sobre o funcionamento do inconsciente. Uma das acusações do autor aparece na seguinte passagem:

Temos um bom exemplo disso no caso de uma paciente que sofria de tiques faciais e de eczema em tomo da boca. Baseando-se nesses sintomas, Freud deduziu analiticamente que ela havia sido forçada durante a primeira infância a praticar felação. “Dei-lhe essa explicação”, escreveu ele a Fliess em 3 de janeiro de 1897, e, quando ela exprimiu sua incredulidade, “ameacei expulsá-la” caso persistisse em seu ceticismo. Evidentemente, a rejeição de suas deduções era para Freud uma prova da “resistência” da paciente, trazendo uma confirmação suplementar da validade de sua reconstrução analítica” (Meyer, 2011, p. 51).

O que esses autores indicam é o que o próprio Politzer aponta criticamente em seu trabalho. Politzer sugere que o psicólogo concreto deve se ocupar, de fato, com o modo como o analisado se coloca no mundo, o que evita falar, as nuances do seu discurso, a maneira como reage às intervenções do psicólogo. Por conseguinte, o psicólogo teria “[...] algo do crítico de teatro: um ato sempre lhe apresentará como segmento do drama que só tem existência no e pelo drama” (Politzer, 1998, p. 68). Nesse sentido, Freud teria, sim, contribuído, segundo Politzer (1998, p. 103), ao passar “[...] da investigação da realidade interior para ocupar-se apenas com a análise do ‘drama’”. Entretanto, por outro lado, Politzer (1998, p. 115) busca demonstrar, a ideia freudiana de inconsciente é inseparável de procedimentos da *psicologia abstrata*⁶, o que significaria, a despeito dos *insights* freudianos que ele admira, “[...] um abandono da inspiração concreta e a volta aos procedimentos clássicos” (Politzer, 1998, p. 153).

No que se refere à distinção entre conteúdo manifesto e latente, que mencionamos acima, Politzer defende que existiria apenas o conteúdo latente, sendo relevante pontualmente

⁶ Ao falar em psicologia clássica, Politzer se refere à psicologia experimental do século XIX, especialmente aos trabalhos de Wilhelm Wundt. Wundt compreende o objeto da Psicologia em geral em termos fisicalistas, a partir da simples correlação entre estados mentais e estados corporais do sujeito psicológico (Politzer, 1998, p. 38).

durante a análise e não para depois se fazer abstrações ou substituir os atos do indivíduo, em sua integridade, por processos apenas de terceira pessoa, coerentes apenas ao psicólogo-teórico.

Na próxima seção, na esteira dessa discussão, buscamos retomar mais a fundo a argumentação de Politzer nesse sentido, em contraposição ao postulado freudiano do inconsciente. Vale destacar que não concordamos com tudo o que Politzer pondera tampouco, opomo-nos a: (1) sua igual suposição de que os fatos psicológicos de alguém são suficientemente individualizados e (2) a suposição de que a oralidade seria preferível para a realização/constituição do significado dos vividos pessoais. Politzer (1998, p. 152, grifo nosso) afirma o seguinte:

Pois o único dinamismo que pode ser psicologicamente concebido é o do *eu*, isto é, um dinamismo em primeira pessoa, e toda concepção que quisesse dotar de dinamismo elementos supostamente psicológicos é necessariamente mitológica. O mesmo se dá com a ação dinâmica das lembranças infantis, com sua “atração” e, em geral, com todas as ações que exercem, de acordo com Freud, porque só podem possuir as propriedades que lhes são atribuídas se concebidas como coisas; mas, então, *por terem passado para o plano da terceira pessoa, deixam de ser psicológicas.*

A nosso entender, não achamos que tais propriedades deixam de ser psicológicas por isso, pois existem elementos de segunda pessoa também constituintes da vida psicológica de alguém. São justamente eles que, ao terem sido ignorados por Freud, por exemplo, pensamos ter tornado sua teoria enviesada.

A crítica politzeriana e a abordagem de segunda pessoa

Georges Politzer qualifica a psicologia tradicional como abstrata, partindo dela para tratar da psicanálise freudiana. Segundo Politzer, o caráter científico da psicologia em geral estaria garantido⁷ se esta se orientasse pela concretude da vida de cada pessoa, como já mencionamos acima. Isso teria sido pioneiramente levado adiante por Sigmund Freud com sua prática clínica, não fosse por seu deslize em procedimentos de terceira pessoa típicos da abordagem da psicologia clássica, categorizando as instâncias mentais e propondo a hipótese do inconsciente — a qual não apenas é desnecessária, segundo Politzer (1998, p. 131), como é também um desserviço à pretensão do próprio Freud de garantir a cientificidade da Psicologia.

O ser humano, para Politzer (1998, p. 68), constituído por um corpo, transita no âmbito do significado, uma vez que é expressivo e tem também uma vida *teatral*, cujo significado não existe previamente à concretização de seus atos, antes de que suba no palco social e seja um “acontecimento”. Ou seja, não se reduz aos fatos impessoais extraídos a seu respeito cientificamente em certas áreas, visto que é capaz de narrar e dar sentido próprios às suas vivências. O

⁷ Politzer, nesse sentido, é bastante otimista em relação à psicologia: chega a sugerir até que, em cinquenta anos, a psicologia avançaria tal como a química é avanço em relação à alquimia ou a filosofia pós-kantiana é avanço em relação à metafísica (Politzer, 1998, p. 40).

psicólogo, então, deve ter isso em vista, e evitar extrair o sujeito de si mesmo, ou melhor, reconhecer que “[...] a pertença dos fatos psicológicos ao indivíduo só se manifesta na irreduzibilidade qualitativa do ato no qual são vividos” (Politzer, 1998, p. 66). O que essa caracterização tem de relevante é o que leva Politzer a concluir que toda pretensão teórica de se postular eventos disfarçados, independentes ou determinações fora do “eu” dissolveria o que a Psicologia teria de próprio. É justamente isso que Freud faz; em outros termos, o psicanalista austríaco faz *abstração*, segundo Politzer (1998, p. 59-60):

É o conjunto desse procedimento que chamamos abstração. Ela começa por destacar o sonhodo sujeito de quem o sonho é, considerando-o não como feito pelo sujeito, mas como produzido por causas impessoais: consiste em aplicar aos fatos psicológicos a atitude que adotamos para a explicação dos fatos objetivos em geral, isto é, o método da terceira pessoa. Enfim, a abstração elimina o sujeito e assimila os fatos psicológicos aos fatos objetivos, ou seja, aos fatos em terceira pessoa.

Assim como Politzer, recusamos terminantemente a ideia de que o inconsciente seria um conjunto de representações; aliás, acreditamos que nenhum desses elementos exista de fato. Não há pensamento do sonho antes do próprio sonho, como não há pensamento por trás dos sentidos e pensamentos dados à consciência. Entretanto, podemos indagar se, ao mesmo tempo em que concordamos com o crítico, seria possível eliminar a noção de um sujeito independente e, ao mesmo tempo, não necessariamente cair em um subjetivismo de primeira pessoa⁸.

Como assumimos a perspectiva de segunda pessoa, não podemos deixar de lado que, na ausência de uma instância supostamente “abaixo do nível do ‘eu’” (Politzer, 1998, p. 117), ou cuja determinação apenas um psicanalista seria capaz de fazer, em “hipóteses de estrutura” (Politzer, 1998, p. 118), *o analisado não desaparece diante do psicólogo porque às vezes não atribui significado explícito ao seu relato*, ou simplesmente silencia na sessão de terapia, mais bem é aí quando se comunica.

Outro ponto relevante em relação à perspectiva não-representacionista adotada é que nosso corpo é cheio de sentido, ainda que o psicólogo priorize o sentido comunicado pela linguagem proposicional e a gestualidade seja considerada secundária. Colocamo-nos no mundo em nossa totalidade, o que inclui não apenas nossa oralidade, como também elementos de segunda pessoa que instanciamos no mero encontro com alguém, e o fato de que o psicólogo é também uma pessoa sujeita aos mesmos fatores contextuais. Isso não significa apenas que o psicólogo deveria fazer análise com outro psicólogo antes de atender alguém, mas que, não importa o quanto busque a neutralidade, não pode prescindir de se colocar no mundo de alguma forma, à revelia de sua concepção do que seria uma atitude de neutralidade.

⁸ Politzer (1998, p. 63) acredita que sim: “Entre a física, ‘ciência da terceira pessoa’, e a psicologia, ‘ciência da primeira pessoa’, não há lugar para uma ‘terceira ciência’ que estudaria os fatos da primeira pessoa em terceira pessoa e que, despojando-os de sua originalidade, desejaria permanecer como a ciência especial que só a relação que ela rejeita pode justificar”.

Há alguma possibilidade de acesso mútuo no âmbito da segunda pessoa, especialmente se predomina a comunicação não-verbal, em casos cotidianos em que há uma espécie de “gan-gorra” co-constitutiva do significado ou, ainda, certa vulnerabilidade epistêmica de *ambas* as partes em interação.

Dessa forma, entendemos que não podemos reduzir, como Politzer o faz, a significabilidade das nossas vivências aos pensamentos que somos capazes de explicitar verbalmente ou que a expressividade corporal seja tomada *sem seu aspecto relacional*.

Comentários finais

No presente trabalho, buscamos retomar a crítica de Georges Politzer às ideias de Sigmund Freud ao redor de sua hipótese do inconsciente. Analisamos, nesse contexto, ambas as abordagens, segundo os recortes que consideramos relevantes para a discussão, uma vez que assumimos a perspectiva contemporânea de Segunda Pessoa. Segundo a PSP, podemos afirmar que, mesmo quando Freud sustenta que a experiência clínica seria fonte de objetividade para a sua teoria psicanalítica, ele não poderia, a nosso ver, prescindir do fato de que todo encontro social envolvendo agentes cognitivos inclui elementos relacionais que modulariam a conduta individual, tanto do analisado quanto do psicólogo, independentemente de o analista buscar preservar elementos de primeira ou de terceira pessoa exclusivamente.

Com base nessa discussão sobre a pertinência, no mínimo, teórica das relações de segunda pessoa, chegamos às seguintes conclusões:

a) a consideração sobre a existência e a qualidade de casos de segunda pessoa, não levados em conta por Freud, é fundamental para se atender aos propósitos da crítica de Politzer, ainda atual, à hipótese freudiana de um inconsciente. Ou seja, entendemos que a crítica de Politzer fica mais robusta ao se levar em conta o domínio próprio relacional que se esquia da exclusividade da primeira ou da terceira pessoa, como originalmente considerado;

b) ao levarmos em conta as observações de Meyer (2011) e outros que apontam as frequentes falácias de generalização apressada cometidas por Freud, somos levados a questionar a credibilidade teórica quase nula da hipótese do inconsciente à luz da PSP, especialmente no contexto das teses mais recentes sobre a dinâmica da atribuição mental, nas quais Politzer se destaca;

c) a reflexão sobre as relações imediatas de segunda pessoa alinha-se com a proposta positiva de Politzer de desenvolver uma Psicologia Concreta, em oposição a uma abordagem abstrata do domínio mental. O “âmbito dramático” da vida de um agente cognitivo, conforme entendido por Politzer, corresponde ao sentido pragmático, ao aqui-agora, onde a expressividade corporal é imediatamente significativa, sem ser considerada como estados mentais internos a serem interpretados externamente (Gomila, 2001);

d) ao nos concentrarmos na dimensão pragmática da dinâmica de atribuição psicológica,

seguindo a perspectiva de Politzer, mas utilizando abordagens mais contemporâneas, chegamos à conclusão de que não é necessário postular a existência de uma instância inconsciente. Assim, o pressuposto metafísico de um “eu” interno, presumivelmente mais autêntico, organizando ações que seriam, por sua vez, públicas, não apenas é retomado por Freud com sua noção de inconsciente, mas também enfrenta os mesmos desafios filosóficos clássicos, como a justificação de sua existência diante de sua inobservabilidade. Reforçamos essa ideia com base na PSP, uma abordagem também conhecida como externalista, que reconhece os limites daquilo que não pode ser cientificamente justificado sem recorrer a outros conceitos também carentes de justificação.

Se a intenção é que a psicologia seja considerada uma ciência, de acordo com o interesse expresso por Politzer, acreditamos que Freud deveria ter delimitado claramente o que constituem fatos psicológicos. Freud concentra-se apenas nos fatos psicológicos de seu interesse, como os sintomas neuróticos, e acreditava que estes eram expressões simbólicas de desejos reprimidos e conflitos não resolvidos do inconsciente. No entanto, conforme destacado pela crítica de Politzer, apoiada pela PSP, Freud não definiu de maneira precisa a noção de fatos psicológicos em sentido próprio. Em outras palavras, sob essa perspectiva, a questão não é se, entre a psicologia clássica e a psicanálise, o mais crucial seria realizar ou não um recorte da narrativa do analisado com base em uma pré-explicação abstrata, como Freud faz (de que essa narrativa manifeste tais sintomas neuróticos). A verdadeira questão, na nossa visão, seria antecedente: trata da justificação da própria explicação sobre a condição mental de pacientes com distúrbios neuróticos, caracterizados por ansiedade, angústia e padrões de comportamento disfuncionais, sem recorrer a noções metafísicas de supostos estados mentais internos e inacessíveis.

Refletir sobre um aspecto da realidade humana, como a sexualidade, do ponto de vista filosófico, é uma abordagem relevante. Apesar de Freud não buscar ser reconhecido como filósofo e não se enquadrar completamente como cientista natural, ele não se encaixa claramente nessas categorias. Politzer argumenta que a teoria de Freud não se alinha totalmente com as características da ciência natural, e reconhecemos que este artigo não tem a intenção de esgotar essa reflexão. Ao mesmo tempo, a proposta da hipótese do inconsciente parece carecer de uma base filosófica sólida. Compreendemos que o dilema nas Ciências Humanas muitas vezes está na tentativa de se estabelecer a partir de um referencial teórico e metodológico das ciências da natureza. Freud, mesmo adotando esse referencial, contribuiu significativamente para avançar em uma “arqueologia do sujeito”. Esse termo, associado ao pensamento de Michel Foucault, sugere uma escavação conceitual, buscando compreender as condições de possibilidade, sistemas de pensamento, normas sociais e instituições que moldam a formação da pessoa humana, enquanto agente social portador de mente. Em vez de focar apenas nos aspectos superficiais da consciência, ou assumir cegamente os conceitos que buscam explicá-la de forma vigorosa, essa abordagem busca entender as bases mesmas de uma Epistemologia da vida mental.

Referências

- BARNES, J. The space between us. *Aeon*, [s. l.], 21 fev. 2023. Disponível em: <https://aeon.co/essays/how-the-interpersonal-model-explains-and-heals-mental-pain>. Acesso em: 4 mar. 2024.
- DAVIDSON, D. The second person. *Midwest Studies in Philosophy*. Vol. 17, n. 1, p. 255-267, 1992
- ELEUTÉRIO, F.; BROENS, M. C. O eu quantificado no contexto das tecnologias contemporâneas: uma análise desde a Perspectiva de Segunda Pessoa. *Revista Ideação*, Feira de Santana, n. 45, p. 311–329, jan./jun. 2022.
- FREUD, S. Cinco lições sobre Psicanálise (1910). Cienbook, 2019.
- FREUD, S. O inconsciente. In: FREUD, S. *História do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Obra original publicada em 1915.
- FREUD, S.; BREUER, J. (org.). *Estudos Sobre a Histeria (1893–1895)*. Tradução de Laura Barreto. Rio de Janeiro: Imago, 2010. v. 2.
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- GOMILA, A. La perspectiva de segunda persona: mecanismos mentales de la intersubjetividad. *Contrastes*, v. 6, p. 65-86, 2001.
- GOMILA, A. La perspectiva de segunda persona de la atribución mental. *Azafea: Revista de Filosofia*, Salamanca, v. 4, p. 123–138, 2002.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEWIS, J. H. P. The Practical Significance of the Second-Person Relation. Tese de doutorado. University of Sheffield, 2019.

LIÑÁN, J. L.; PÉREZ-JIMÉNEZ, M. A. Segunda persona y reconocimiento: entre los afectos y la normatividad. In: PÉREZ, D.; LAWLER, D. *La segunda persona y las emociones*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: SADAFA, 2017, p. 167–196.

MEYER, C. *O livro negro da psicanálise: viver e pensar melhor sem Freud*. Tradução de Simone Perelson e Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MIOTO, J. C. *A crítica de Politzer ao abstrato das teorias de Freud e Bergson para um projeto de psicologia concreta*. 2022. 425 f. Tese (Doutorado em Ciências) — Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022.

PÉREZ, D. *Sentir, desear, creer: Una aproximación filosófica a los conceptos psicológicos*. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

PÉREZ, D.; GOMILA, A. Mental attribution in interaction: how the second person perspective dissolves the problem of other minds. *Daimon: Revista Internacional de Filosofía*, Murcia, n. 75, p. 75–86, 2018.

PÉREZ, D.; GOMILA, A. *Social Cognition and the Second Person in Human Interaction*. Boca Raton: Routledge, 2021.

POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e psicanálise*. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

RYLE, G. *The concept of mind*. London: Penguin Books, 1949.

SCOTTO, C. Interacción y atribución mental: la perspectiva de la segunda persona. *Análisis Filosófico*, Buenos Aires, v. 22, n. 2, p. 135–151, 2002.